

## PROCESSOS EDUCATIVOS E FORMAÇÃO HUMANA NO ÂMBITO DO PAIF: UM ESTUDO A PARTIR DE DOCUMENTOS

### EDUCATIONAL PROCESSES AND HUMAN FORMATION IN THE SCOPE OF PAIF: A DOCUMENTARY STUDY

Rafael Bianchi SILVA\*

---

**Resumo:** O presente trabalho realiza, a partir de alguns documentos que parametrizam a Política Nacional de Assistência Social, uma análise das estratégias socioeducativas propostas a serem realizadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF no âmbito do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), tendo como destaque a metodologia da pesquisa-ação e pedagogia problematizadora de Paulo Freire. No que tange à formação humana, os documentos indicam, como objetivos, que as ações realizadas no serviço, visem o desenvolvimento de potencialidades das famílias e a ampliação da sua capacidade de atuação na comunidade e território onde vivem, potencializando sua ação política. Para tanto, é necessária a construção de uma relação horizontal entre os técnicos e os usuários do serviço. Por fim, são pontuadas algumas dificuldades para a consolidação de tal proposta como a formação do profissional que trabalha na Assistência Social e a posição passiva e conformista da população atendida.

**Palavras-Chaves:** Formação Humana. Educação. Assistência Social. CRAS. PAIF.

---

**Abstract:** This work conducts, from some documents that parameterize the Social Assistance National Policy, an analysis of the socio-educational strategies proposed to be performed by the Service of Protection and Integral Care to Families (PAIF) in the scope of Social Assistance Reference Centers (CRAS), having as a highlight the methodology of action research and problematizing pedagogy from Paulo Freire. Regarding the human formation, the documents indicate, as objectives, that the actions developed in the service, aim the development of the potential of the families and the expansion of their capacity to act in the community and territory where they live, enhancing their political action. For this purpose, it is necessary to build a horizontal relationship between the technicians and the users of the service. Finally, some difficulties are pointed out for the consolidation of this proposal, such as the training of the professional that works in Social Assistance and the passive and conformist position of the population that is served.

**Keywords:** Human Formation. Education. Social Assistance. CRAS. PAIF.

---

Submetido em 11/09/2018.

Aceito em 04/02/2019.

---

\* Doutor em Educação (Unesp/Marília). Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Psicologia Social e Institucional. AC Jardim Bandeirante, Jardim Portal de Versalhes 1, CEP 86057-970, Londrina, PR – Brasil. E-mail: <tibx211@yahoo.com.br>.

## Introdução

Esse trabalho trata-se de um estudo preliminar acerca das estratégias de formação humana descritas pela política de Assistência Social tendo por base a proposta de ações socioeducativas a serem realizadas com os usuários dentro do âmbito do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) principal unidade da proteção social básica. Tomamos como ponto de partida o que é indicado em alguns documentos que parametrizam a referida política, os referenciais por ele adotados e as metodologias que são descritas a serem realizadas pelos profissionais que nele atuam.

A PNAS (Política Nacional de Assistência Social) traz enquanto proposição de atendimento à população a garantia, por meio das ações nos diferentes serviços da política pública, da proteção social, materializada a partir de três seguranças alicerçadas: a de sobrevivência (renda e autonomia), a da acolhida e, do convívio e vivência familiar. A partir disso, postula enquanto objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.
- Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005a, p. 34).

A política propõe que trabalho social seja desenvolvido em dois níveis de proteção – básica e especial – a partir dos quais o atendimento e acompanhamento das famílias é realizado tomando por base as situações de risco e vulnerabilidades, além do nível de incidência da violação de direitos aos quais a população atendida encontra-se submetida, de modo preveni-los ou reduzi-los, assim como necessidades emergenciais ou circunstanciais vivenciadas pelos usuários. Sobre a questão, Sposati (2009, p. 24) afirma que:

[...] O paradigma de proteção social (básica e especial) rompe com a noção dos cidadãos como massa abstrata e os reconstrói a partir da realidade de suas vidas. Opera a partir de potencialidades, talentos, desejos, capacidades de cada um, dos grupos e segmentos sociais.

Dessa forma, conforme é possível observar a partir dos elementos acima indicados, a política de Assistência Social, a partir da consolidação do SUAS (Sistema Único da Assistência Social), traz um olhar diferenciado às práticas de atendimento à população, não apenas prezando pela concessão de benefícios sociais, como também em ações que visam o desenvolvimento individual, familiar e comunitário mirando dessa maneira potencializar transformações que ampliem a autonomia dos usuários em frente à própria política. A Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) afirma que:

A segurança de desenvolvimento de autonomia exige ações profissionais e sociais para:  
a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da

cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade nos laços sociais para os cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes (BRASIL, 2005b, p. 18).

Para materialização dos objetivos traçados pela política, ao longo dos últimos anos foram publicados uma série de documentos que visam demarcar um traçado para a atuação dos trabalhadores sociais (especialmente assistentes sociais e psicólogos que são os profissionais que mais atuam na política de Assistência Social), ao mesmo tempo em que descreve os referenciais metodológicos a serem adotados dentro do serviço para dessa forma construir uma especificidade em relação a outras políticas como a saúde e a educação, por exemplo.

É nesse contexto que, enquanto importante ação da política, destaca-se o trabalho socioeducativo que, conforme expressam Nascimento e Faermann (2016, p.153), trata-se de “[...] um instrumento técnico-operativo e, ao mesmo tempo, uma estratégia política a ser utilizada pelos profissionais para a organização e mobilização das famílias no campo das políticas públicas e para a ampliação de seus processos de consciência”.

Dentro da esfera do CRAS, enquanto serviço de ação junto aos usuários e ao território atendidos, a política de Assistência Social propõe a execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF de modo exclusivo e continuado. Segundo a “Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, o PAIF é assim descrito:

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o **desenvolvimento de potencialidades** e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo [...] (BRASIL, 2009a, p. 6, grifo nosso).

De outro modo, as Orientações Técnicas para o PAIF, afirmam que:

O acompanhamento no âmbito do PAIF é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012b, p. 50).

Vê-se pelas passagens acima que o trabalho a ser realizado possui um objeto de ação – a família –, um objetivo primeiro – desenvolvimento de potencialidades – que está relacionado com o (re)estabelecimento de uma precondição – função protetiva – além de servir, ao mesmo tempo, como

elemento preventivo – para a ruptura de vínculos. Sposati (2007, p.449) sintetiza a problemática da seguinte forma:

[...] Os riscos sociais a que se refere não advêm de situações físicas, psíquicas ou biológicas, como a saúde, mas sim de situações instaladas no campo relacional da vida humana. Isto é, diz respeito aos vínculos sociais. A assistência social está no campo societário, e como tal, são os riscos sociais advindos da (in)sustentabilidade de vínculos sociais e das incertezas sociais que se colocam sob sua responsabilidade, assim como o fomento ao desenvolvimento humano e social.

Importante ressaltar, porém, que a ação sobre a família precisa levar em conta algumas questões específicas que devem ser levadas em consideração pelo trabalhador que atua no contexto do CRAS. Sobre essa questão, a PNAS pontua que:

O grupo familiar pode ou não se mostrar capaz de desempenhar suas funções básicas. O importante é notar que esta capacidade resulta não de uma forma ideal e sim de sua relação com a sociedade, sua organização interna, seu universo de valores, entre outros fatores, enfim, do estatuto mesmo da família como grupo cidadão. Em consequência, qualquer forma de atenção e, ou, de intervenção no grupo familiar precisa levar em conta sua singularidade, sua vulnerabilidade no contexto social, além de seus recursos simbólicos e afetivos, bem como sua disponibilidade para se transformar e dar conta de suas atribuições (BRASIL, 2005a, p. 35).

Nesse sentido, ao demarcar o desenvolvimento como uma das atribuições do PAIF, a política nos coloca uma problematização em torno das características iniciais que passarão por modificações e, principalmente, quais os indicativos de que os objetivos propostos foram atingidos. Nesse aspecto, podemos adentrar na problemática da formação humana e seus modos de materialização em tal contexto.

## **1. Formação Humana no Âmbito do PAIF**

Entendemos que a organização do trabalho social a ser executado no PAIF, trata-se acima de tudo, de um ato educativo que visa atender a formação de determinadas características naqueles que são atendidos pelo serviço de forma que ao realizar essa operação, tais modificações gerem impactos na vida cotidiana dos mesmos. Conforme aponta Severino (2006, p. 621):

[...] A ideia de formação é pois aquela do alcance de um modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, pela condição de sujeito autônomo. Uma situação de plena humanidade. A educação não é apenas um processo institucional e instrucional, seu lado visível, mas fundamentalmente um investimento formativo do humano, seja na particularidade da relação pedagógica pessoal, seja no âmbito da relação social coletiva [...].

Desse modo, a partir das relações sociais fomentadas pelas ações planejadas no âmbito do PAIF, ampliam-se as condições para o desenvolvimento de processos que colocam em marcha a construção de

novos olhares acerca de si e do mundo, o que favorece e potencializa, a partir do desenvolvimento de novas capacidades, a atuação nos espaços territoriais e existenciais em que vivem.

Nesse sentido, a realização das ações socioeducativas devem oportunizar: a) o acesso a recursos que têm a capacidade de promover a proteção social via assistência social e b) acesso a momentos onde serão desenvolvidas atividades que terão como alvo o **estímulo da reflexão, da participação ativa, ações que terão o pressuposto pedagógico** (SOUZA; BOURGUIGNON, 2016, p. 48, grifo nosso).

Entende-se, portanto, que partir das ações realizadas no âmbito do CRAS na atenção às famílias, é possível operar mudanças que possam gerar ressonância fora da esfera da unidade ampliando as possibilidades de transformação social a partir de uma perspectiva de protagonismo. Como bem afirmam Ribeiro, Santos e Melo (2013, p. 219):

A educação é aliada fundamental no processo do reencontro e da transformação dos sujeitos do mundo, fragmentados, desqualificados e invisibilizados pela ciência moderna e, como tal, deve buscar permanentemente o desenvolvimento da consciência crítica, o exercício de *um vir a ser o que se é* [...] (grifo dos autores).

Como ponto de partida para o trabalho social, é necessário compreender o principal indicador para a ação do profissional que atua junto às famílias. Nesse sentido, compreender a família como lugar onde pode ser observada a materialização das vulnerabilidades sociais “[...] é central para que seja um espaço de resistência e proteção dessas situações” (NASCIMENTO; FAERMANN, 2016, p.159).

Segundo os documentos, o trabalho com as famílias é pautado pela realização de um diagnóstico/avaliação da condição de vulnerabilidade social em que elas se encontram. Os parâmetros da política indicam que esta não pode ser vista apenas como vinculada à condição de pobreza, mas sim, como uma zona instável às quais as famílias atravessam (e podem permanecer) ao longo de sua vida. Tal condição pode ser observada de modo intergeracional e caso não enfrentadas, as vulnerabilidades tendem a tornar-se situações de risco.

Assim, delimita-se como elemento inicial identificar os atravessadores que constituem a condição de vulnerabilidade e intervir de modo que a família cumpra seu papel de proteção a seus membros. Como aponta o documento referente às Orientações Técnicas sobre o CRAS, “a realização de diagnósticos a partir de indicadores generalizantes apresenta limites e, por isso, quanto mais os técnicos conhecerem as características e especificidades dos territórios, mais aumentam as chances de eles obterem uma fotografia viva das dinâmicas da realidade local” (BRASIL, 2009b, p.29).

Para além desse ponto, é importante destacar que o levantamento de dados e informações a respeito do contexto territorial e, em especial, familiar, amplia a possibilidade de construção de ações de responsabilidade do Estado a serem executadas no âmbito das políticas públicas (e nesse caso específico na Política Nacional de Assistência Social) de modo a consolidar o processo de proteção social e de direitos

previstos em lei, escapando da concepção de família como único *locus* de responsabilidade das vulnerabilidades que a afligem. Assim, conforme apontam Teixeira e Silva (2015, p.200), “[...] identifica-se a defesa do Estado que organiza e regulamenta as relações entre os prestadores de serviços da rede socioassistencial, cuja família está incluída, destacando a importância dessa na execução, na formulação, no controle, no compartilhamento dos recursos [...]”.

Desse modo, podemos sintetizar o trabalho a ser realizado no âmbito do CRAS a partir do PAIF como a configuração de um

[...] espaço de convívios, de informações, de trocas de experiências, de esclarecimentos, de aquisições, de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a construção de leituras e releituras das situações vivenciadas, além da organização e disposição de alternativas para o enfrentamento de questões adversas que se impõem no espectro da família e na relação com o território. Desta forma, volta-se o olhar técnico para o mapeamento dos indicadores de vulnerabilidades e de suas causas geradoras, bem como para a prevenção de situações de risco social e pessoal (BRASIL, 2012b, p. 6).

A pergunta que se desdobra a partir dessa definição é quais os meios pelos quais os objetivos propostos devem ser realizados. Nesse sentido é apresentado o conceito de trabalho social que, segundo as Orientações Técnicas para o PAIF (BRASIL, 2012a) “[...] consiste em um conjunto de procedimentos implementados por profissionais, a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo [...]”. Enquanto categoriais centrais para o trabalho, a política aponta cinco elementos:

**[...] proteção social, direitos de cidadania, autonomia, necessidades humanas e também de família.** São justamente essas concepções que vão sustentar as finalidades que se quer alcançar com o TSF. Portanto, ancorados nos seus fundamentos e mirando sua finalidade, se projeta um percurso para o TSF. Tal projeção se sustenta no conhecimento das situações familiares e das opções que profissionais e gestores realizam, tendo em vista o atendimento das necessidades postas pelas famílias em determinados territórios (BRASIL, 2016, p. 16, grifo do autor).

Observa-se nos referidos parâmetros que há uma tentativa de construir uma prática a partir da qual seja possível a realizar uma costura entre esses elementos ao longo de seu percurso sendo que este traria especificidades às ações planejadas pela política de Assistência Social. Por essa razão, inicialmente, existe a preocupação de negar a possibilidade de execução de determinadas práticas que já se encontram consolidadas nas políticas públicas. Mas tal processo implica também a proposição de um olhar diferenciado a ser adotado pelos técnicos.

Logo no início do primeiro volume das Orientações para o PAIF, é indicado que não cabe aos técnicos do CRAS a realização de sobreposição de atividades em relação a outras políticas ou mesmo assumir atividades que são específicas das mesmas. Ainda que tenha como objetivo a atuação de sobre modos de existência, conduta, sentimentos e representações, a política de Assistência Social deixa bem claro que, no âmbito do PAIF, não devem ser realizadas ações de natureza psicoterapêuticas, psicodiagnósticas e

psicopedagógicas, sendo que tais demandas devem ser encaminhadas para os serviços específicos para seu atendimento (como os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS – são da esfera da política de saúde - ou atendimento especializado escolar - para os casos de dificuldade de aprendizagem, por exemplo).

Em vista de tais restrições, o segundo volume das Orientação Técnicas (BRASIL, 2012b) busca descrever as possibilidades de intervenção junto às famílias de modo a escapar de práticas que tendam à estigmatização e naturalização da subjetividade dos usuários. Para tanto, realiza uma dupla operação: adotar uma concepção de subjetividade alinhada com as premissas da política além de estabelecer a necessidade da construção de planos de ação que possam ser construídos conjuntamente entre o técnico e a família em atendimento, podendo ser monitorados e avaliados ao longo do processo.

Quanto ao primeiro ponto, afasta-se de um modelo de subjetividade abstrata, afirmando que ela deve ser compreendida como

[...] o espaço íntimo constituído pelas marcas singulares adquiridas no processo de formação individual, bem como pelas crenças e valores compartilhados na dimensão cultural, que acabam por constituir a experiência histórica e coletiva dos grupos e populações em um dado território (BRASIL, 2012a, p.17).

Como sugestão, indica duas abordagens metodológicas que, segundo o documento, estabelece instrumental que embasa a prática a partir de correntes epistemológicas específicas que se encontram em consonância com os objetivos descritos na política e com os fins do PAIF. Afirma que tais teorias,

[...] precisam apresentar componentes que estimulem a participação das famílias e seus membros, contribuam para a reflexão sobre suas condições de vida, valorizem os saberes de cada um, propiciem uma visão crítica do território, permitam o reconhecimento do dever estatal em assegurar direitos, possibilitem a vivência de experiências, fortaleçam suas capacidades para construir alternativas de ação e, assim, auxiliem no processo de conquista de cidadania (BRASIL, 2012b, p. 88).

São elas, a pesquisa-ação e o que o documento chama de “pedagogia problematizadora” a qual é feita uma referência à Paulo Freire. O objetivo desse artigo não é realizar um estudo aprofundado de tais abordagens, mas sim investigar o modo como, a partir dos relatos encontrados nos documentos da política de Assistência Social, essas duas formas conferem formato às práticas dos profissionais e contribuem para atingir os fins de formação e desenvolvimento de potencialidades indicados como objetivos do trabalho social.

## **2. Metodologias Formativas**

Começamos pela pesquisa-ação. Segundo descrito, ela possibilita que de um lado, seja reforçada a eficácia da ação dos atores envolvidos, ao mesmo tempo em que, de outro, se adquire novos conhecimentos.

Observamos que a indicação de tal perspectiva está atrelada ao caráter interventor e propositor da política e do papel da informação, elemento considerado importante para a execução das ações.

Quanto a esse último ponto, em diferentes momentos nas “Orientações” a “informação” ganha diferentes contornos. Através dela, por exemplo, é que o trabalhador pode vir a conhecer a comunidade e o território em que atua (o que implica o desenvolvimento de estratégias e ferramental para tal processo), ao mesmo tempo em que descentraliza o seu saber em relação ao outro.

Há também outro papel para as informações. Em um campo formativo no qual as pessoas vezes são privadas de uma série de conhecimento devido à distribuição desigual na sociedade, a democratização da informação torna-se um instrumento importante de mobilização social. Por isso, o documento indica que é através da informação que os usuários podem realizar a revisão das representações e práticas que constituem sua vida, potencializando assim, a mudança efetiva da sua condição de existência.

Vê-se, portanto, a necessidade, por parte do profissional que atua na Assistência Social, de posicionar-se como investigador, curioso acerca do campo complexo no qual atua, saindo da condição de detentor de uma verdade fechada acerca e prévia sobre o contexto/pessoas investigado(as). Esse processo se dá desde a prática da acolhida – muitas vezes o contato inicial com as famílias – até as ações comunitárias. Mas não apenas isso. Também é fundamental a posição de catalisador da circulação da informações e conhecimentos a serem disseminados na comunidade (como por exemplo, referentes aos direitos sociais e as políticas públicas garantidas por lei, mas muitas vezes, não materializadas).

No que diz respeito ao caráter interventor da política, ele está atrelado à capacidade de proposição de ações junto à comunidade/família/território. Desse modo, os documentos indicam um perfil proativo para trabalhador social que esteja implicado na relação continuamente (re)construída junto à população atendida.

As necessidades são ditadas pelo território: só conhecendo suas características pode-se saber quais serviços serão ofertados, ações socioassistenciais desenvolvidas, atenções necessárias, a quem se destinam, quais objetivos se quer atingir, qual metodologia adotar, onde serão ofertados, com que frequência, qual a sua duração, os profissionais responsáveis, qual o papel da rede socioassistencial no atendimento dessa demanda e os demais serviços setoriais necessários (BRASIL, 2009b, p.31).

Ao tomar essa direção de trabalho – relativo ao desenvolvimento da pesquisa-ação – entendemos que se trata acima de tudo uma forma de investigação participativa na qual não é possível separar sujeito observador – proponente – e objeto de intervenção – usuário. Dessa forma, a partir desse referencial, nos encontramos no campo da pesquisa-intervenção.

Aqui temos um elemento importante. O conceito de implicação possui uma especificidade e aponta para a presença do trabalhador social não como o detentor de um saber prévio acerca do caso em análise, mas como participante “de dentro”, que se mistura ao campo investigado e tem na formação de um coletivo, uma de suas metas de trabalho (como expresso por ROMAGNOLI, 2014).



Considerando que a sociedade é um tecido de instituições que em seus atravessamentos constitui subjetividades e que a própria política pública também faz parte dessa rede, pensar possibilidades de alterações de tais condições tem como requisito a presença de agentes que a partir de um trabalho interior às instituições, a provoca, de modo a potencializar transformações em suas diferentes esferas. Isso inclui tanto a comunidade e as famílias atendidas, as formas que ocorrem tais atendimentos e, em especial, como o Estado, entende a política e a operacionaliza.

Isso confere ao trabalho social um importante papel político, pois o coloca lado a lado com as demandas da comunidade com quem trabalha, atuando na direção da defesa e promoção de direitos com o objetivo de desenvolvimento da autonomia e protagonismo das famílias (BRASIL, 2012b).

No que diz respeito à segunda proposta metodológica indicada pelos referenciais da política de Assistência Social, a “pedagogia problematizadora” – conforme nomeado no documento de Orientação do PAIF (BRASIL, 2012b) – faz referência as ideias de Paulo Freire. Antes de debater, porém, os elementos freireanos indicados nos parâmetros, cabe fazer um destaque em relação aos dois termos: “pedagogia” e “problematizadora”. O primeiro indica que as ações de intervenção realizadas na política possuem um caráter educativo que visam a mudança qualitativa dos indivíduos que dela são alvo. Como bem pontua Gadotti (2007, p.14), a educação trata-se de “[...] um longo processo de compreensão/realização do que é essencial, do que é permanente, e do que é transitório para que um cidadão exerça criticamente a sua **cidadania** e construa um **projeto de vida**, considerando as dimensões individual e coletiva, para viver bem em sociedade” (grifo do autor).

Porém, não se trata de qualquer “pedagogia”. Diferentemente de modelos educativos pautados, de forma hegemônica, pela transmissão de informações a partir de uma relação verticalizada, a forma indicada pela política de Assistência Social, se configura como sendo “problematizadora”, ou seja, caracterizada pelo levantamento de questões e construção de novos problemas. Mas sobre o que? A partir de Paulo Freire (1987), a resposta indica para a existência concreta vivida, ou seja, o mundo.

O documento aponta que tal ação configura-se como político-metodológica contribuindo para a conquista da autonomia, entendida aqui a partir de dois pólos: primeiro, como a capacidade do indivíduo do indivíduo eleger crenças e valores, além de tomada de posições e execução de práticas sem opressões e, segundo, articulada como a possibilidade de ter o uso pleno dos serviços públicos e coletivos que servem de base para o fortalecimento da ação protetiva da família (BRASIL, 2016).

Considera-se, então, que o trabalho parte da realidade das famílias e suas demandas concretas para assim, realizar a construção de ações que visam o conhecimento do cotidiano familiar e sua problematização até a participação e o exercício da cidadania dos indivíduos que dela fazem parte, indicando um caminho formativo que culmina no desenvolvimento da capacidade dos usuários do sistema emergirem como sujeitos de direitos. Assim, as questões que parte do mundo vivido tem como objetivo alcançar uma outra condição,

com maior complexidade de conhecimento de si e da realidade, ampliando os modos de ação dos indivíduos em sua família, comunidade e território.

Ao partir de situações concretas e através do diálogo, a prática reflexiva proporciona e provoca o pensar. Este, por sua vez, não deve ser entendido como algo natural e espontâneo. Por isso, é necessária uma ação do profissional do PAIF, que conforme indica as Orientações, direcionada à “[...] auxiliar as famílias a problematizar as contradições presentes no território, reconhecer o dever estatal de assegurar direitos e incentivar sua inserção em canais de participação social” (BRASIL, 2012b, p.91)

Nesse sentido, é importante destacar que “problematizar” está intimamente relacionado, segundo os documentos, com alguns pressupostos:

- a. Escape de uma percepção fatalista
- b. Assumir o ser humano como um caminho aberto de possibilidades
- c. “ser mais”
- d. Estabelecimento de uma relação dialógica e horizontal entre os profissionais e os usuários da política
- e. Abertura de espaço para a fala dos usuários

Os três primeiros pontos apontam para a necessidade de conceber o ser humano como um ser em mudanças, evitando a adoção de uma posição conformista de vida. Assim, mesmo sob condições de produção de si adversas, sempre é possível, ainda com dificuldades, modificar os rumos da vida. Como afirma Freire (2002, p.30), “[...] é o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo [...]. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente [...]”. Dessa forma, as ações do PAIF

Buscam, ainda, contextualizar situações de vulnerabilidade e risco e assegurar a reflexão sobre direitos sociais, proporcionando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, além de favorecer processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social (BRASIL, 2012b, p. 23).

Tais pressupostos encontram-se articulados com a concepção freireana de homem como ser de incompletude que sob condições de opressão tem impedida sua vocação de “ser mais”, na qual a subjetividade curiosa é substituída por outra pautada pela acomodação e conformismo. Escapando de uma perspectiva conservadora e posicionando-se como sujeito e dono da própria história, as práticas de acompanhamento e atendimento das famílias precisam estar alinhadas com um discurso de ampliação da potência da vida e não à práticas de dominação e adaptação às condições de existência que negam o processo de humanização (FREIRE, 2002)

Ainda dentro dessa perspectiva, encontramos a referência nas Orientações do PAIF (2012b) a ideia de “inédito viável”, algo que se encontra percebido e sonhado, mas ainda não materializado no mundo social, restringido por determinadas situações-limites. Nesse sentido, é algo utópico (não-lugar), que coloca as práticas e valores sociais em questão e, sua ultrapassagem, potencializa a realização da humanização articulada à vocação de “ser mais” (FREIRE, 1997).

Os dois últimos pontos indicados acima nos levam para uma tarefa fundamental a ser realizada na relação entre usuários e profissional: a construção de uma relação que potencialize o diálogo, base para a reflexão, escapando da verticalidade e, por conseqüentemente, da relação de tutela. Quando pensado com o que já indicamos anteriormente, esta relação é mediada pela realidade concreta (ou mundo) que tem a função de trazer as questões que colocam à frente o processo de problematização.

Mas como isso deve acontecer? Os parâmetros indicam que o trabalho realizado no PAIF deve prioritariamente ser realizado em forma de grupos e não de modo exclusivamente individual. Tendo como premissa o entendimento do homem como um ser em relação (o que inclui o diálogo, a participação e a comunicação), entende-se que, a partir de tais encontros, as questões vivenciadas individualmente possam ser ampliadas e reconhecidas como coletivas:

As oficinas com famílias propiciam a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas. Elas possibilitam o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente, ou por uma família, são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias reconhecendo, desta forma, nas experiências relatadas alternativas para seu enfrentamento (BRASIL, 2012b, p.23).

A construção das oficinas implica, por parte dos profissionais a investigação – por meio de uma observação compreensiva a ser realizada através das diferentes formas de atendimento e acompanhamento - do universo temático das famílias participantes, de modo a “captar o não dito, os elementos simbólicos, explícitos e implícitos nas ações sociais” (BRASIL, 2012b, p.90). Nos aproximamos dos chamados “temas geradores” conforme definido por Paulo Freire.

A investigação de temas que fazem parte do mundo dos participantes, de modo a que, a partir deles, a realidade seja problematizada, precisa estar também coerente com a proposta de uma educação problematizadora. Assim, afirma Freire (1987, p.56) que “a metodologia que defendemos exige, por isto mesmo, que, no fluxo da investigação, se façam ambos sujeitos da mesma – os investigadores e os homens do povo que, aparentemente, seriam seu objeto”.

O processo formativo colocado em movimento, portanto, ao tomar a família e seus membros como agentes decisórios os coloca, em frente a tomada de posicionamento das questões enfrentadas, não mais como espectadores de seu processo formativo (o que é traço fundamental do que é chamado por Paulo Freire de “educação bancária”), mas como sujeito autônomos e construtores de história. Assim,

O processo reflexivo é sempre acionado por determinadas situações reais/concretas, buscando, a partir delas, realizar um diálogo problematizador. **Esse diálogo busca construir o caráter coletivo implicado nessas situações e, por isso, o processo reflexivo pode ser caracterizado como a experiência na qual as pessoas mudam sua maneira de compreender o mundo e as relações humanas.** Através dele pode-se enriquecer a maneira como encaram a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que se envolvem na conquista de novas forças e de novos instrumentos para transformar a realidade vivenciada. Assim, torna-se possível: a) incrementar as discussões sobre as questões cujas soluções estão fora do alcance das famílias individualmente e, b) possibilitar a organização coletiva (BRASIL, 2016, p. 27, grifo nosso).

A passagem acima mostra a preocupação de construção de uma relação dialógica a partir da qual seja possível ampliar a capacidade de leitura do mundo, além de potencializar a organização política em torno de um coletivo que reconhece traços comuns e define objetivos de ação em comum. Desse modo, fica clara a visão dos documentos em demarcar a formação que acontece, em especial, dentro dos atendimentos em grupos, indicando seu caráter social e político.

### Considerações Finais

O desenvolvimento das potencialidades colocado como um dos objetivos do trabalho social com famílias realizado no PAIF implica trocas entre os envolvidos no processo. Estas por sua vez expressam um mundo contraditório e ambíguo que fomenta questões e impulsiona o processo reflexivo que tem como condição a negação de uma relação verticalizada entre usuário e profissional. Considerando que historicamente a relação observada dentro da Assistência Social caracteriza-se pela tutela, a construção de uma outra posição torna-se um desafio importante a ser enfrentado pela política e atores.

Ao problematizar os limites das ações educativas propostas no âmbito do SUAS, Souza e Bourguignon (2016, p.51) pontuam que estes “[...] ficam por conta da direção do processo, ou seja, se o mesmo for conduzido a partir da lógica da educação bancária ou na lógica do capital, não alcançará o objetivo de favorecer o protagonismo”. Esse ponto talvez seja uma das principais dificuldades encontradas para o trabalhador que opera a política de Assistência Social.

A formação do profissional, de modo geral, não foi realizada dentro de uma perspectiva pautada pelo diálogo e horizontalidade. Ao contrário disso, o que temos, hegemonicamente, é a reiteração na relação com o usuário do sistema da mesma verticalidade vivenciada na própria formação, o que faz com que o processo reflexivo por parte do profissional seja uma condição importante para a efetividade do trabalho.

Para além disso, também é importante indicar que o processo educativo proposto acaba por ser, quando observado em seus traços principais, uma mudança de rumos da vida, o que claramente não é algo simples de ser realizado. É comum encontrarmos uma posição passiva por parte dos usuários que parecem resistir, no que tange ao seu desenvolvimento, aos fins da política. Por essa razão, o processo formativo

descrito nos documentos não é realizado de forma linear, mas precisa ser tomado no campo de uma luta de forças a serem identificadas e operadas pelos envolvidos no processo.

Por fim, há ainda o desafio de ver que a atuação ultrapassa o microcosmo do espaço do CRAS e atinge a construção da própria política. Se o trabalho conjunto com os usuários tem como seus objetivos o reconhecimento como sujeito de direitos e a atuação e transformação da realidade vivida, falamos da necessidade do próprio trabalhador reconhecer-se também como um agente social e político que não atua apenas na perspectiva da reprodutibilidade técnica. Assim sendo, é necessário que também o trabalhador esteja disposto a ultrapassar o seu desenvolvimento e também se colocar em formação posicionando-se como um educador-educando que atuando, aprende.

## **Referências**

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília, 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília, 2005b.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** (Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009). Brasília, MDS: 2009a.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social**. Brasília, MDS: 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral a família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**, v.1, 1ªed. Brasília: MDS, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF: O serviço de proteção e atendimento integral a família, segundo a tipificação nacional de serviços socioassistenciais**, v.2, Brasília: MDS, 2012b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS/SNAS, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Versão Ebook. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Versão Ebook. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Versão Ebook. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

FAERMANN, Lindamar Alves; NASCIMENTO, Dannubia Aparecida. Reflexões sobre o Trabalho Socioeducativo no Âmbito da Política de Assistência Social. **Barbarói**, n.48, p.153-167, jul./dez. 2016.

RIBEIRO, Maria Teresa Franco; SANTOS, Iracema Lima dos; MELO, Adriana. O Homem Contemporâneo e os Sentidos do Desenvolvimento e de Educação. **Revista SER Social**, [S.l.], v. 15, n. 32, p. 211-230, set. 2013.

ROMAGNOLI, Roberta. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. **Psicologia & Sociedade**, v.26, n.1, p.44-52, 2014.

SEVERINO, Antonio Joaquim. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e Pesquisa**, v.32, n.3, p. 619-634, set./dez. 2006.

SILVA, Marianne Veloso; TEIXEIRA, Solange Maria. Família Como Agente De Proteção Social E Parceira Do Estado Na Política De Assistência Social: Quais Os Limites Dessa Relação? **Revista FSA**, v.12, n.2, p.191-207, Mar/Abr, 2015.

SOUZA, Cristiane G.; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Ações Socioeducativas: Estratégias para o Favorecimento do Protagonismo no Contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Pleiade**, v.10, n.20, p.44-51, Jul./Dez, 2016.

SPOSATI, Aldaíza. Assistência Social: De Ação Individual à Direito Social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, v. 1, n.10, p. 435-468, Jul./Dez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes**. 2009. Disponível em <<http://www.ceprosom.sp.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/05/TEXTUALDAIZA-1.pdf>>. Acesso em: 12/12/2017.